

SASSOON, Donald. *Mussolini e a ascensão do fascismo*. Trad. De Clovis Marques. São Paulo: Agir, 2009, 200 p., ISBN 852200806x.

Em obra traduzida recentemente ao português, o sociólogo Michael Mann concluiu pela impossibilidade política de reaparecimento vigoroso do fascismo. A não ser pela eclosão dispersa de agrupamentos neofascistas na Europa Ocidental que teriam como princípio de ação o antiimigrantismo, Mann enumerou alguns fatores que desmotivam uma revitalização acentuada de tais movimentos.¹

Parece-nos, no entanto, que o fascínio pelo tema é contínuo devido à preocupação crescente de historiadores e demais cientistas sociais, em estabelecerem marcos conceituais cada vez mais precisos para estudá-lo, classificando-o não somente dentro do seu contexto imediato de referência histórica, isto é, entre o fim das duas guerras mundiais do século passado, e, sim, como uma categoria ampla e de permeabilidade sócio-histórica significativa. Esta dupla razão tem implicado em que as interpretações sobre o fascismo sejam conduzidas pela originalidade na análise dos materiais e nas descrições tipológicas do fenômeno, consolidando-se daí, conteúdos de alcance multidisciplinar.

Não se cogitaria da mesma forma, em uma retomada pura e simples dos estudos sobre o fascismo que viesse a suprir apenas ambições intelectuais, se tomarmos em consideração os argumentos ainda presentes de Renzo De Felice, eminente historiador do fascismo e também, biógrafo de Mussolini.² Em meados da década de 1970, Renzo De Felice produziu uma

* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá – FAFIPAR – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – 83203-280 – Paranaguá – PR – Brasil. E-mail: paideia_mg@yahoo.com.br

clássica revisão historiográfica do fenômeno, e explicou que as primeiras tentativas de interpretação do fascismo correram contemporâneas a ele e seguiram o processo de sua afirmação. Segundo De Felice, foi apenas por breve período e imediatamente após a segunda guerra que a cultura européia, esgotada com um problema trágico que se queria esquecer e encerrar optou por um distanciamento de curta duração.³ A angustiante necessidade de entender o fascismo e suas variantes de ação e representação, sua violência, rituais e manifestações regionalizadas, fez com que o tema voltasse a ser objeto de indagações com renovada intensidade já no início dos anos 1960.

Desse modo, ao contrário de recuar, ou de ser eclipsada por modismos, a historiografia do fascismo exhibe uma notável tendência de avanço e adensamento analítico constatada por recentes traduções que são recepcionadas em nosso meio.

Mussolini e a ascensão do fascismo, estudo de Donald Sassoon, professor de História Comparada da Europa na Universidade de Londres, se constitui como exemplo de excelente síntese de história política sobre a elevação do fascismo a regime político na Itália, berço do movimento.

Numa análise envolvente, ágil e de fôlego, Sassoon traça um painel conjuntural de uma Itália pós primeira guerra sendo rapidamente engolfada pelo fascismo. É dentro desse contexto que o autor estabelece o debate sobre as questões centrais, divididas em cinco capítulos de uma uniformidade ímpar. Sassoon está menos preocupado em investigar as razões de consolidação de uma ditadura e suas raízes intelectuais e ideológicas, ou nem sequer é atraído em saber por que Mussolini conseguiu manter-se durante vinte anos como *Chefe* de um Estado totalitário. A questão consiste em saber por que Mussolini chegou ao poder, ou seja, o motivo, considerando-se as circunstâncias relatadas, de um líder de um partido eleitoralmente impopular, sem apoio nacional nem controle dos militares, ser nomeado primeiro-ministro e receber o beneplácito da monarquia e de outras fontes de poder social.

Atento a esse problema, Sassoon se empenha em relativizar

certos mitos legitimadores do fascismo. Um deles é a lendária “marcha sobre Roma”, de outubro de 1922; o outro é a suposta penetração eleitoral dos fascistas. Neste segundo aspecto, embora o número de adeptos e militantes do fascismo viesse aumentando de forma constante nos primeiros anos da década de 1920, chegando em maio de 1922 a aproximados 322 mil membros, o fascismo nunca se caracterizou por ser uma força eleitoral antes da tomada do poder. Pressionado entre os dois maiores partidos italianos da época, o PPI (*Partito Popolare Italiano*, católico) e o Partido Socialista, representante dos trabalhadores urbanos e da nova *intelligentsia*, o movimento fascista teve que recorrer a alianças. Reiterando os argumentos enunciados pelos estudos de Robert Paris e Stanley Payne,⁴ Sassoon indica que foi a aproximação com liberais e nacionalistas de direita o elemento favorável ao crescimento do fascismo:

Em termos eleitorais, o fascismo não fora um grande sucesso. A primeira eleição de que participaram, em 1919, revelou-se um desastre. (...) Os fascistas saíram-se um pouco melhor na eleição de maio de 1921, mas só porque estavam integrados ao *blocco nazionale* de Giolitti, juntamente com liberais e nacionalistas de direita. Não se pode dizer que Mussolini fora levado irresistivelmente ao poder numa onda de apoio eleitoral (p. 18-19).

A superestimação da “marcha sobre Roma” também é alvo da crítica de Sassoon. Pontuada de fina ironia, a descrição do autor sugere que a linguagem de Mussolini e seus acólitos para justificarem a chegada ao poder pintava um quadro de sublevação e celebrava a violência revolucionária. Impressões falsas que se legitimaram através das duas décadas do regime, destroçando a lembrança de que Mussolini fora designado primeiro ministro dentro de um quadro de legalidade constitucional, malgrado a crise política e econômica atravessada pela Itália no início dos anos 1920.

Neste sentido, é sombrio constatar com Sassoon, que boa parte do programa preliminar fascista visando recuperar e estabilizar a Itália depois da tremenda crise gerada pela primeira guerra, tinha pontos assemelhados, para mais ou para menos, com alguns itens do conteúdo programático de correntes liberais e socialistas. O autor assinala que o programa dos *fasci* não era abertamente de direita, pois encampava uma série de reivindicações que fugiam aos programas nitidamente conservadores, como, por exemplo: extensão do sufrágio às mulheres, recuo da idade de voto para 18 anos, abolição do Senado, salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas, representação dos trabalhadores nas empresas, imposto sobre a riqueza, confisco de bens da Igreja, imposto especial sobre os lucros da guerra (p. 63-64).

Dois substanciais fatores combinados ajudam a explicar, segundo Sassoon, a razão de ter o poder caído nas mãos dos fascistas: os resultados insatisfatórios da primeira guerra, e as fragilidades históricas do sistema parlamentar italiano.

Considerada uma potência imperialista de segunda classe no começo do século XX, a Itália aderiu à primeira guerra como aliada de franceses e britânicos por injunções e pressões dos entusiastas intervencionistas a favor do conflito, e pela promessa de futuras compensações financeiras e territoriais estabelecidas pelo Tratado de Londres, assinado em 1915. Tão logo encerrado o conflito, produziu-se um descontentamento generalizado em razão de o verdadeiro espólio de guerra recebido estar muito aquém das expectativas italianas. Esta herança mal digerida pelos promotores da presença italiana no conflito foi resumida pelo poeta D'Annunzio em poema no qual aludia à "vitória mutilada", e à humilhação sofrida por toda uma geração de jovens combatentes. Sassoon explicita que os beneficiários da guerra foram os grupos que formavam o grande triângulo industrial da Itália: Ansaldo (aço), Fiat (veículos), Pirelli (borracha). Enquanto a indústria italiana mostrava-se, como sempre, dependente do governo que era o seu principal comprador, o Estado se escorava nos bancos credores e nos impostos dos contribuintes para equilibrar seus orçamentos. Por

seu lado, as associações de veteranos de guerra, além da construção de forte sentimento de comunidade, exigiam mais espaço político, e reconhecimento pelos sacrifícios que a experiência de violência e brutalidade de uma guerra tinham representado: “O número de baixas italianas na Grande Guerra foi muito alto: 650 mil mortos e um milhão de feridos” (p. 46).

Já, as debilidades do sistema parlamentar italiano são detectadas por Sassoon como algo enraizado na cultura política italiana, pelo menos, desde o processo de unificação na segunda metade do século XIX. Sem partidos fortes e estabelecidos, e com uma monarquia que pouco sensibilizava a audiência pública, o Estado italiano era, por conseguinte, um Estado fraco. O parlamento era basicamente uma arena em que os representantes dos interesses fundiários e os industriais entravam permanentemente em disputa em torno de cada lei ou medida financeira:

Da noite para o dia, adversários podiam ser transformados em aliados mediante suborno direto ou indireto – razão da designação pejorativa “transformismo” ser aplicada ao sistema. (...) Desenvolveu-se um sistema de “clientelismo”, no qual os políticos prometiam empregos aos eleitores e seguidores, proteção e um constante fluxo de dinheiro público. Esse tipo de proteção pessoal dificultou o desenvolvimento de partidos políticos modernos e centralizados (p. 71-72).

O avanço do fascismo foi projetado, justamente, nesse quadro crônico de crise social e política em desdobramento. As primeiras percepções sobre o que era o fascismo foram casuais, fortuitas, e críticos antifascistas do futuro próximo, como os líderes comunistas Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti apenas faziam menção breve sobre a violência dos fascistas, e, provavelmente, não viam nele, uma real possibilidade de vir a se tornar uma força política estável e candidata à governabilidade.

Através do emprego da violência, o fascismo foi gradativamente angariando adeptos nas zonas rurais e nas classes médias urbanas. Ao eleger o antiesquerdismo e o

antisocialismo como fontes de todas as mazelas da Itália, Sassoon sublinha que o fascismo destruiu em pouco menos de dois anos a estrutura institucional do socialismo italiano. A uma velocidade que ninguém poderia ter previsto, descortinou-se aos proprietários de terras a perspectiva de ver o odiado sindicalismo rural liquidado por um movimento, o de Mussolini, que parecia mais capaz de representar suas aspirações de longo prazo: a defesa da propriedade privada, uma política externa nacionalista e a realização de obras públicas para fomentar a economia rural.

Ministros como o velho líder liberal Giollitti, e mais tarde Nitti, foram reiteradamente demonizados pagando o preço da excessiva concentração nas necessidades do setor industrial: “Relegados, os proprietários fundiários das províncias do norte e do centro contra-atacavam, tendo como arma principal os esquadrões do fascismo” (p. 103).

Sassoon reconhece que uma das grandes forças internas do fascismo foi seu expressivo contingente de jovens, sistematicamente propagandeado por Mussolini. Esta força também se materializou na base social do eleitorado fascista constituído por esmagadora maioria do sexo masculino. A juventude fascista enxergava a si como vanguarda imbuída de uma missão épica germinada na experiência dos conflitos, batalhas e da ruína da primeira guerra. Tal demografia juvenil, aliás, é fundamental para percebermos que a ideologia do fascismo, longe de ser difusa ou marcada pela assimetria, era sedutora por estabelecer fronteiras claras no discurso que reforçava as antinomias novo / velho, moderno / arcaico. O fascismo anunciava a construção do homem novo, apropriava-se das filosofias vitalistas e voluntaristas da época, opondo-se à direita tradicional, mais fiel aos valores conservantistas.

Sassoon pretendeu capturar o inusitado do acontecimento fascista a partir da cumplicidade construída pelo conjunto das elites italianas, que por sua posição de visceral antisocialismo preferiu fortalecer o que julgava ser um “mal menor”, e temendo por suas posições consolidadas em face de possíveis avanços de socialistas e comunistas, não aceitaria que a Itália fosse um

espelho dos recentes acontecimentos na Rússia. Segundo o autor, essas elites pretendiam transformar Mussolini em “criatura”. As questões que as preocupavam eram a governabilidade e a “ordem pública”, e Mussolini, que pouco tempo antes era apenas uma figura secundária e inexperiente na cena política, num momento estratégico apareceu como o “instrumento” a garantir a tranquilidade dos industriais, não atrapalhar os proprietários rurais, apascentar os sindicatos.

O estudo de Sassoon nos esclarece que a ascensão de Mussolini ao posto de primeiro ministro se não foi recebida com entusiasmo por algumas correntes políticas que, naquele momento, comungavam de projetos aparentados com o fascismo, pelo menos, recebeu desses mesmos setores uma adesão implícita, tornando-os ainda mais cúmplices, seja por omissão deliberada, seja por engajamento escancarado: “Assim, quando Mussolini assumiu, ouviu-se um coro de aprovação, oscilando entre o franco entusiasmo (os nacionalistas e a direita em geral) e a aceitação resignada do fato como um mal necessário (os liberais)” (p. 145). Isto é, antes Mussolini, do que a esquerda.

Embora a conciliação com a Igreja tenha representado uma árdua tarefa para os fascistas, ela se realizou plenamente em fevereiro de 1929. Neste ano, o Estado italiano selou a paz com o Vaticano assinando a Concordata e pondo fim à “questão romana” que se arrastava desde a unificação nas décadas de 1860/70. O acordo reconhecia a soberania do Vaticano, estabelecia indenizações a serem pagas à Igreja pelas perdas sofridas em 1870, reconhecia o catolicismo como “religião de Estado”, determinava o ensino da doutrina católica em todas as escolas oficiais: “Não surpreende que o papa Pio XI considerasse Mussolini o homem ‘que a Providência nos enviou’” (p. 152).

A contínua rediscussão do fenômeno fascista seja como evento historicamente localizado, ou como “grande unidade de análise”, como bem posicionou Francisco C. Teixeira da Silva,⁵ encontra no estudo de Donald Sassoon um respaldo bibliográfico e metodológico de inegável contribuição. A partir de suas análises, os estudiosos motivados pelo tema podemos localizar

hipóteses de trabalho, e *insights* reflexivos para (re) construir discursos derivativos e / ou elementos comparativos do fascismo. Além do que, podem-se estabelecer pontos de contato entre as múltiplas clientelas filofascistas que agem na cenografia política da contemporaneidade. Não obstante, sobre o fascismo, ou em relação ao que vem sendo chamado de neofascismo, devemos guiar-nos sempre pelas dúvidas e desconfianças quanto aos modelos teóricos que fecham a questão sobre os setores supostamente restritos que abraçam unicamente uma das possíveis tendências do fenômeno.

NOTAS

¹ Dentre os fatores que o autor cita como potentes inibidores dos fascismos estão: 1) a democracia liberal consolidada em toda Europa ocidental; 2) a União Européia, cuja exigência de democracia é um pré-requisito para a entrada dos países pretendentes. Cf. MANN, Michael. *Fascistas*. Tradução de Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2008.

² Cf. DE FELICE, Renzo. *Mussolini il rivoluzionario 1883-1920*. Turim: Einaudi, 1965. Cf. _____. *Mussolini il fascista. La conquista del potere 1921-1925*. Turim: Einaudi: 1966.

³ Renzo de Felice também alude a certa inércia intelectual relacionada às três interpretações que se cristalizaram a partir da década de 1920: a liberal, a radical e a marxista. Essa cristalização teria impedido que os estudos a respeito do fascismo não somente deixassem de avançar para novos problemas, como também teria gerado posições acomodáticas por satisfazer adeptos das três correntes, num período marcado pela extrema ideologização da cultura política. Cf. DE FELICE, Renzo. *Explicar o fascismo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

⁴ Cf. PARIS, Robert. *As origens do fascismo*. Tradução de Elisabete Perez. São Paulo: Perspectiva, 1993. Cf. PAYNE, Stanley G. *El fascismo*. Traductor: Fernando Santos Fontela. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste. (Orgs.). *O século XX. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. 4. ed. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Resenha recebida em 08/2009. Aprovada em 11/2009.